



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639196 - SP (2021/0005518-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIANO ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO ALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500413-40.2019.8.26.0616).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão, e multa em regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sanção que foi confirmada em grau de apelação defensiva, tendo sido mantida a prisão preventiva decretada.

A impetrante sustenta que o paciente teria sido condenado sem provas suficientes da materialidade do crime, e deveria ser absolvido.

Alega que o agente faria jus à causa especial de redução prevista na Lei de Drogas, e, consequentemente ao regime inicial menos gravoso, bem como à substituição da pena privativa de liberdade pelas restritivas de direitos, especialmente considerando a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, a fim de que seja absolvido o paciente, ou seja redimensionada a reprimenda imposta, com a mitigação do regime de cumprimento, e a substituição da sanção por penas restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente